

## O trabalho digital no setor cultural: uma análise da plataforma de streaming Resonate

Victor Gomes Barcellos<sup>1</sup>

**Resumo.** A disseminação do modelo de negócios chamado “economia do compartilhamento” e a introdução de plataformas digitais nas dinâmicas de trabalho vem consolidando o que Nick Srnicek chama de Capitalismo de Plataforma. No setor cultural, artistas se vêem obrigados a abrir mão dos direitos sobre suas obras para grandes corporações e receberem uma pequena parte dos rendimentos provenientes delas. Uma alternativa a essa lógica que cresce pelo mundo é o Cooperativismo de Plataforma, proposta de plataformas digitais criadas e geridas pelos próprios trabalhadores. Para analisar empiricamente o cooperativismo de plataforma cultural, analisamos o serviço de streaming Resonate. A partir dela, foi possível atestar a viabilidade de alternativas que deem maior poder dos artistas sobre suas obras.

**Abstract.** The dissemination of the business model called “sharing economy” and the introduction of digital platforms in the work dynamics has consolidated what Nick Srnicek calls Platform Capitalism. In the cultural sector, artists are forced to give up the rights to their works to large corporations and receive a small part of the income from them. An alternative to this logic that grows around the world is Platform Cooperativism, a proposal for digital platforms created and managed by the workers themselves. To empirically analyze the cultural platform cooperativism, we analyzed the Resonate streaming service. From it, it was possible to attest to the viability of alternatives that give greater power to the artists over their works.

### 1. Introdução

Um novo modelo de negócios começou a se tornar dominante na segunda década do século XXI. Baseadas na ideia de uma “economia do compartilhamento” (*sharing economy*), empresas passaram a desenvolver plataformas digitais que ligavam proprietários de bens ou

<sup>1</sup>Doutorando em Comunicação e Cultura na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). E-mail: victorgbarcellos@gmail.com

prestadores de serviço a possíveis usuários. Em poucos anos tal forma de negócio mostrou-se extremamente lucrativa, colocando essas empresas à frente das maiores empresas capitalistas. Essa nova forma de organização do trabalho é chamada por Nick Srnicek (2016) de Capitalismo de Plataforma.

Dentre os diversos setores onde o Capitalismo de Plataforma vem implementando seu modelo está o da cultura. Com isso, os produtores de bens culturais devem ceder direitos sobre suas obras para as empresas detentoras das plataformas digitais de maneira a fazê-las acessíveis ao público consumidor. No caso do mercado da

música, um dos maiores exemplos dessa dinâmica é o *Spotify*, empresa que oferece serviço de streaming de música através de assinaturas pagas. Para ter suas obras disponíveis na plataforma, os artistas são obrigados a receber *royalties* baseados no número de audições alcançadas e deixar parte significativa da receita com a empresa.

A partir dessa constatação Trebor Scholz, professor de Mídia e Cultura da The New School, passou a imaginar outras apropriações possíveis das tecnologias digitais, que pudessem de fato concretizar uma economia solidária. Pois, para ele, não existe futuro inevitável do trabalho, sendo este construído a partir das posições que tomamos no presente (SCHOLZ, 2016). A esse projeto deu o nome de Cooperativismo de Plataforma, unindo a forma de organização do trabalho tradicional das cooperativas de trabalho com as tecnologias contemporâneas. Segundo essa proposta, os trabalhadores podem desenvolver suas próprias plataformas, de forma a não depender da intermediação das empresas e manter sob seu controle todo o processo da produção.

O entusiasmo em torno das utopias libertárias que cercaram os primeiros anos que se seguiram à invenção da Internet foram contidos após sua crescente dominação pelas grandes corporações. Nos últimos anos, entretanto, formas alternativas de sua apropriação começaram a ressurgir, fazendo crer que seu potencial democrático de tomada de decisões e de livre compartilhamento de cultura ainda podem se efetuar. Uma das formas em que esse projeto vem se materializando é no Cooperativismo de Plataforma, proposição de uma apropriação das plataformas digitais que concretize “utopias reais” (WRIGHT, 2010).

Essa proposta, ainda muito recente e discutida especialmente entre autores norte-americanos, vem apresentando crescente relevância tanto nos debates teóricos a respeito do trabalho na era digital quanto na inspiração de projetos reais de trabalhadores. Entretanto, seu debate permanece concentrado na região norte do globo e há uma carência de pesquisas empíricas que observem as dinâmicas concretas das cooperativas digitais, o que oferece a possibilidade de uma contribuição que traga um olhar do sul global e apresente uma análise empírica que fomente as discussões sobre o tema ao indicar seus alcances e limites.

De forma a investigar empiricamente o Cooperativismo de Plataforma, analisamos a cooperativa digital de streaming musical *Resonate*. Nela, observamos os enunciados com os quais se apresenta, a organização das relações sociotécnicas envolvidas em sua dinâmica de funcionamento e os modos de financiamento que a viabilizam. A partir dessa análise será possível contrastá-la com a racionalidade das empresas do chamado Capitalismo de Plataforma e, com isso, verificar em que medida constituem uma alternativa a ele e até que ponto reproduzem sua lógica na organização do trabalho digital.

### **A classe vetorialista**

As recentes mudanças no regime de produção capitalista foram analisadas sob diversas óticas. Entretanto, muitas delas compartilham da perspectiva de uma valorização de sua dimensão imaterial (NEGRI, LAZZARATO, 2001), cognitiva (COCCO, GALVÃO, SILVA, 2003) e informacional (CASTELLS, 2000). O contexto sociotécnico contemporâneo provocou reconfigurações no circuito de produção,

circulação e consumo; que fizeram com que a exploração passasse a se centrar na apropriação da informação.

“E se isso não for mais capitalismo, mas algo pior?” (WARK, 2016, p. 43, tradução <sup>2</sup> nossa). A partir dessa provocação McKenzie Wark, professora de Mídia e Cultura da The New School, apresenta seu conceito de vetorialismo. Na visão de Wark o capitalismo, enquanto regime de produção em que a classe burguesa detém os meios de produção, vem cedendo lugar para o denominado vetorialismo, em que a classe vetorialista exerce poder através do controle sobre os vetores de informação. A estratégia de controle dessa nova classe dominante consiste na apropriação da informação produzida coletivamente através dos mecanismos de propriedade intelectual.

Com tal hipótese, a autora não pretende afirmar que o regime capitalista tenha se extinguido. Na verdade, defende que a classe pastora (detentora de terras), a classe capitalista (detentora de capital) e a classe vetorialista (detentora dos vetores de informação) coexistem

<sup>2</sup>“What if this was no longer capitalism, but something worse?” (WARK, 2016, p. 43) na contemporaneidade, ora colaborando e ora conflitando entre si. Sendo que cada uma delas possui sua respectiva classe dominada: os agricultores, os trabalhadores e a classe hacker. Seu argumento é o de que essas três classes correspondem a três fases do processo de comoditização do mundo, em que a propriedade vai se tornando cada vez mais abstrata. Em sua concepção, pastoralismo era sólido, o capitalismo líquido e o vetorialismo é gasoso; cumprindo a profecia marxiana de desmanchar no ar tudo que era sólido (WARK, 2015).

Informação, como terra ou capital, torna-se uma forma de propriedade monopolizada por uma classe, uma classe de vetoristas, assim chamada porque eles controlam os vetores ao longo dos quais a informação é abstraída, assim como os capitalistas controlam os meios materiais com os quais os bens são produzidos, e os pastores a terra com a qual o alimento é produzido. Essa informação, uma vez que a propriedade coletiva das classes produtivas - as classes trabalhadoras e agrícolas consideradas em conjunto - torna-se propriedade de mais uma classe apropriadora. (WARK,

2004, p. 24, tradução nossa)

Assim, o que pretende propor é que no seio da classe capitalista surgiu uma nova classe dominante, que liberada das limitações da anterior pôde levar a exploração a novos níveis. Isso porque requer das classes dominadas não mais um período determinado de tempo nas fábricas, mas corpos inteiramente disponíveis a todo tempo. E já não adianta parar a produção como forma de resistência, pois um vetor pode ser facilmente movido para outro lugar onde a produção segue eficiente.

Então, os compromissos que a classe capitalista foi obrigada a ceder aos trabalhadores após séculos de luta e a implementação de um Estado de bem-estar-social são contornados pela classe vetorialista. Isso porque essa classe apresenta interesse nos espaços nacionais de produção e consumo apenas na medida em que são mais rentáveis do que os outros disponíveis ao redor do mundo (WARK, 2013).

Essa transição pode ser equiparada à passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle conforme teorizado por Gilles Deleuze (1992), em que o poder se exerce não mais por confinamento, como na fábrica, e sim por modulações, como na empresa. Se o trabalhador da disciplina produzia descontinuadamente e encontravam nos sindicatos uma forma de resistir à exploração, o do controle produz ininterruptamente e encontra

<sup>3</sup>“Information, like land or capital, becomes a form of property monopolized by a class, a class of vectorialists, so named because they control the vectors along which information is abstracted, just as capitalists control the material means with which goods are produced, and pastoralists the land with which food is produced. This information, once the collective property of the productive classes—the working and farming classes considered together—becomes the property of yet another appropriating class.” (WARK, 2004, p. 24)

dificuldades em qualquer forma de mobilização coletiva. “O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua.” (DELEUZE, 1992).

Com o conceito de vetorialismo, Wark se aproxima das teorias que se propõem a investigar as transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, em especial após a introdução das tecnologias digitais de informação e comunicação. Entretanto, insiste que se trata de fato de um novo modo de produção, e com isso se distancia de uma série delas ao recusar as visões que adjetivam o capitalismo, e portanto ainda pressupõem sua predominância. Então, sem pressupor que de fato estejamos no regime de produção vetorialista, nosso objetivo é o de partir dessa proposta para refletir sobre a disputa apropriação e a comunização da informação na sociedade contemporânea.

Para compreender o vetorialismo, é preciso destacar o que se entende por vetor de informação. Na definição de Mckenzie, um vetor é a capacidade de controlar a logística da informação, possuindo dois aspectos: o intensivo, sendo a capacidade de modelar e simular; e o extensivo, correspondendo à aptidão de deslocar a informação no espaço e tempo (WARK, 2013). O exercício desse controle exige o desenvolvimento de tecnologias da comunicação cada vez mais avançadas capazes de mover a informação a qualquer lugar no menor tempo possível. Dessa maneira, a classe vetorialista consegue evitar quaisquer barreiras que se opõem a seu maior rendimento.

São definidos três aspectos da informação, todos sob o controle da classe vetorialista - estoque, fluxo e vetor (WARK, 2004). O estoque de informação diz respeito ao seu registro em um arquivo onde mantém seu valor, o fluxo de informação é entendido como a extração e distribuição de informações de valor temporário dos eventos, e o vetor de informação corresponde à distribuição temporal de um estoque ou a distribuição espacial de um fluxo. Como a informação pode ser movida mais rapidamente do que pessoas e objetos, os vetores mesclam ambos e os colocam sob o interesse da atividade produtiva.

O controle da classe vetorialista não apenas sobre a classe hacker, mas sobre todas as classes dominadas, depende de uma infraestrutura desenhada para atender a seus interesses. Essa infraestrutura de informação é criada pela classe hacker, que é separada daquilo que produz e de si mesma em funções especializadas, o que dificulta qualquer ação coletiva de resistência. Logo, para além de uma dominação superestrutural, é na própria infraestrutura que a classe hacker encontra barreiras para sua mobilização como classe.

Em consonância com essa visão a respeito do controle através das infraestruturas em rede, podemos citar a obra “The Exploit - A Theory of Networks” (2007), de Alexander Galloway e Eugene Thacker, ambos também pesquisadores na The New School. Os autores tratam da relação entre o poder e as redes, questionando a visão de que elas seriam inerentemente igualitárias e apontando para as novas formas de controle exercidas através dela. Assim, afirmam a importância de se atentar mais à arquitetura de seu poder do que seu conteúdo ideológico.

Para que as redes funcionem, demandam a ação dos protocolos, as regras e padrões que governam as relações dentro delas. Porém, se tecnologia e política são indissociáveis e as redes se tornaram ubíquas na vida contemporânea, os protocolos expressam mais que a organização interna das redes, mas também as formas políticas que configuram. “São princípios de uma inter-relacionalidade conectada, assim como princípios de organização política.” (GALLOWAY; THACKER, 2007, p. 28, tradução nossa). Sua função primária é regular os fluxos de informação, que são considerados a substância da rede. Esses protocolos são desenvolvidos pela classe hacker, porém, por estarem sob domínio da classe vetorialista, são desenhados de forma a permitir e manter o exercício de seu controle.

Galloway e Thacker (2007) apostam na oportunidade do redesign dela no “exploit”, termo usado na cultura hacker para se referir a uma falha na rede. A complexidade da rede a torna vulnerável a buracos, que podem ser encontrados e de onde ela pode ser transformada. Assim, sugerem que a resistência ao controle protocolar deve vir de práticas contra-protocolares, entendidas como implementações táticas e intensificações de dentro da própria rede ao explorar suas fragilidades internas. Como exemplo, são mencionados os vírus, que apesar de não representarem modelos de ação política demonstram a plasticidade do controle e a possibilidade de subversão na rede.

Então, para os autores, não bastaria à classe hacker tomar posse das infraestruturas informacionais atuais. Apenas o desenvolvimento de novas poderá pôr fim ao controle da classe vetorialista, já que sua própria configuração presente foi desenhada de forma a manter seu domínio. Para tal, é preciso que os hackers tomem consciência de si enquanto classe e lutem contra a apropriação da informação produzida por eles, criando meios informacionais que não sejam subtraídos à lógica proprietária, mas que visem uma dimensão comum.

### **Informação como bem comum**

A informação foi uma vez produzida e usufruída coletivamente como um bem comum, transferida livremente de geração em geração na forma de cultura. Contudo, agora se vê cercada na forma de propriedade e passa a ser comercializada como a principal commodity do atual modo de produção. Parafraseando Jean-Jacques Rousseau, McKenzie Wark afirma: “A informação quer ser livre mas por toda parte se vê acorrentada.” (2004, p. 68, tradução nossa). Sua liberdade ou enclausuramento não estão ligados diretamente à questão do acesso, se este pode ou não ser feito gratuitamente, mas sim diz respeito às suas condições de sua produção/circulação.

Se a questão da dominação de classes sempre repousou sobre a questão da propriedade - seja de terra, capital ou informação; a natureza desta última apresenta algo

de novo. Para Wark (2015) esses três estágios representam um processo de abstração crescente onde o último deles, a informação, vê-se finalmente separada tecnicamente de seu substrato material. Isso faz com que adquira caráter inesgotável, potencialmente usufruível por todos em qualquer momento e lugar, porém a classe vetorialista cria uma escassez artificial de forma a poder extrair valor dela.

Seu poder reside no monopólio da propriedade intelectual - patentes, direitos autorais e marcas registradas - e os meios de reproduzir seu valor - os vetores de comunicação. A privatização da informação se tornou o aspecto dominante, e não subsidiário, da vida 'commoditizada' (WARK, 2004, p. 25, tradução nossa).

5

Segundo David Bollier (2016), em consonância com Wark, não basta que os produtos e serviços digitais sejam gratuitos e de acesso aberto, porque ainda desta maneira podem ser fonte de modelos de negócios extrativos. Isso decorre do fato de que se o rendimento não está ocorrendo na cobrança por esses produtos e serviços, aspectos do próprio usuário, em especial seus dados, estão sendo transformados em mercadoria. Seu potencial comum só será liberado quando o próprio processo de produção/circulação estiver nas mãos das pessoas, e o possam fazê-lo de forma colaborativa e democrática.

“Information wants to be free but is everywhere in chain.” (WARK, 2004, p. 68)

“Their power lies in monopolizing intellectual property—patents, copyrights and trademarks—and the means of reproducing their value—the vectors of communication. The privatization of information becomes the dominant, rather than a subsidiary, aspect of commodified life.” (WARK, 2004, p. 25)

A propriedade, onde quer que tenha se estabelecido, encontrou resistência de movimentos que lutavam por seu usufruto comum. Esses movimentos tentaram, cada um à sua maneira, “questionar prática e teoricamente os fundamentos e os efeitos do direito de propriedade, opondo-lhes o imperativo social do uso comum.” (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 262). Assim, o que se coloca em questão na perspectiva do comum, em especial naquela proposta por Dardot e Laval (2017) é não apenas a titularidade da propriedade, a quem esta pertence (seja um indivíduo, um grupo ou um Estado), e sim o tratamento dos bens e recursos enquanto propriedades. Uma abordagem comum, em contraposição à sua apreensão proprietária, relaciona-se com eles não na forma de posse, mas com base no seu uso coletivo.

Por sua vez, a definição de comum de Antonio Negri e Michael Hardt abarca tanto a riqueza material do mundo, chamados também de “comuns tradicionais”, quanto aos produtos da atividade humana, denominados também por “comuns do conhecimento”. Nela se pode encontrar tanto uma crítica à noção de comum enquanto “bens” quanto uma unificação dessas categorias até então tratadas distintamente. Para os autores, o comum trata principalmente das práticas de interação no compartilhamento do mundo em todas as suas esferas.

Por “comum” entendemos, antes de tudo, a riqueza comum do mundo material - o ar, a água, os frutos do solo e toda a generosidade da natureza - que nos textos políticos europeus clássicos costuma ser considerada compartilhados juntos. Consideramos comuns e mais significativamente os resultados da produção social

que são necessários para a interação social e para a produção posterior, como conhecimentos, idiomas, códigos, informações, afetos e outros. Essa noção de comum não posiciona a humanidade separada da natureza, como seu explorador ou seu custodiante, mas concentra-se nas práticas de interação, cuidado e coabitação em um mundo comum, promovendo as formas benéficas e limitantes das prejudiciais da natureza comum. (NEGRI; HARDT, 2009, p. 8, tradução nossa)

6

Isso é possível porque a internet não possui uma essência. Nas palavras de Maurizio Lazzarato, “a atualização de uma rede depende da potência do agenciamento, da conexão que se faz aos poucos.” (LAZZARATO, 2006, p. 75). Assim, a rede é feita e refeita no processo de agenciamento entre dispositivos, redes, informação e pessoas. Logo, dessa multiplicidade

“By 'the common' we mean, first of all, the common wealth of the material world – the air, the water, the fruits of the soil, and all nature's bounty – which in classic European political texts is often claimed to be shared together. We consider the common also and more significantly those results of social production that are necessary for social interaction and further production, such as knowledges, languages, codes, information, affects, and so forth. This notion of the common does not position humanity separate from the nature, as either its explorer or its custodian, but focuses rather on the practices of interaction, care, and cohabitation in a common world, promoting the beneficial and limiting the detrimental forms of the common.” (NEGRI; HARDT, 2009, p. 8)

de possibilidades virtuais, é possível extrair infinitos novos mundos, com a exigência de não se deixar capturar pela lógica proprietária.

Essa distinção está presente nas noções de “criação” e “produção” de Maurizio Lazzarato. Para o autor, o primeiro está mais ligado à invenção, a criação de novos mundos. Enquanto o segundo diz respeito à imitação, a replicação de cópias desses mundos efetuados para sua disseminação na forma de consumo. Um aspecto interessante de sua abordagem é que para Lazzarato é na invenção que se cria valor, e não na reprodução das criações como se costuma postular. Logo, há uma valorização da potência dos produtores de informação, enquanto que o papel das empresas é visto como secundário, parasitário do processo. Tanto que chega a afirmar: o “nascimento do capitalismo é sobretudo uma luta contra a infinidade de mundos possíveis que o precederam e o ultrapassaram” (LAZZARATO, 2006, p. 188).

#### **4. Trabalhadores hackers**

A produção das infraestruturas de informação é feita pelo que Wark chama de classe hacker, que contudo não possui os meios de gerar valor para sua criação. Os hackers no mundo vetorialista são entendidos como aqueles com domínio teórico e habilidades práticas para produzir criativamente novas formas de organização da informação, dando origem a inovações como aplicativos, softwares e redes de computadores. Assim, seu sentido diverge daquele atribuído pelo senso comum, que os denomina como sujeitos que invadem sistemas de computador para fins criminosos.

Hackear é, no mundo vetorialista, produzir diferença. É ser capaz de atualizar as virtualidades em potência no real. Inspirado no pensamento de Gilles Deleuze, para

Wark (2004) informação é diferença, enquanto comunicação é repetição. Então, a classe hacker é a responsável por produzir novas abstrações, enquanto a classe vetorialista as transforma em commodity reproduzível. A primeira inventa, cria, produz livremente; enquanto somente a segunda possui os meios capazes de explorar as abstrações produzidas (WARK, 2004). A liberdade da informação é associada à possibilidade de se criar novos mundos, atualizando suas potencialidades: “O sinal de um mundo livre é a liberdade para a transformação coletiva do mundo por meio de abstrações livremente escolhidas e livremente atualizadas.” (WARK, 2004, p. 72, tradução nossa)

Dessa maneira, o novo regime apresenta uma ambiguidade - por um lado, precisa conceder liberdade à produção de informação para que a inovação ocorra, mas por outro necessita que essa liberdade seja limitada para poder extrair lucro dela. De modo a escapar à exploração, a classe hacker precisa intensificar essa liberdade ao extremo, não deixando que a informação produzida por ela seja capturada por terceiros, de modo a dispensar o sistema (NEGRI; HARDT, 2009).

Isso porque a internet não possui uma essência. Nas palavras de Maurizio Lazzarato, “a internet é uma malha de fluxos e de redes, sejam atuais ou virtuais. A atualização de uma rede depende da potência do agenciamento, da conexão que se faz aos poucos.” (LAZZARATO, p. X). Assim, a rede é feita e refeita no processo de agenciamento entre dispositivos, redes, informação e pessoas. Logo, dessa multiplicidade de possibilidades virtuais, é possível extrair infinitos novos mundos, com a exigência de não se deixar capturar pela lógica proprietária.

Essa distinção está presente nas noções de “criação” e “produção” de Maurizio Lazzarato. Para o autor, o primeiro está mais ligado à invenção, a criação de novos mundos. Enquanto o segundo diz respeito à imitação, a replicação de cópias desses mundos efetuados para sua disseminação na forma de consumo. Um aspecto interessante de sua abordagem é que para Lazzarato é na invenção que se cria valor, e não na reprodução das criações como se costuma postular. Logo, há uma valorização da potência dos produtores de informação, enquanto que o papel das empresas é visto como secundário, parasitário do processo. Tanto que chega a afirmar: o “nascimento do capitalismo é sobretudo uma luta contra a infinidade de mundos possíveis que o precederam e o ultrapassaram” (LAZZARATO, 2006, p. 188).

Então, assim como cabe aos agricultores lutar contra a propriedade do campo e aos trabalhadores se insurgir contra a propriedade dos meios de produção, o autor atribui à classe hacker a responsabilidade pelo enfrentamento da propriedade da informação. Entretanto, para tal, é necessário que se enxerguem enquanto classe e formem uma coalizão de ação colaborativa com as outras classes subordinadas. A autora questiona: “Por que não usar as habilidades específicas dos hackers de criar meios de organização da informação, mas para

“The sign of a free world is the liberty for the collective transformation of the world through abstractions freely chosen and freely actualized.” (WARK, 2004, p. 72)

criar outros meios de organização do trabalho?” (WARK, 2016, p. 46, tradução nossa),

e 8

sugere o Cooperativismo de Plataforma como um dos meios de unir interesses e experiências da classe trabalhadora e da classe hacker.

## 5. Economia do compartilhamento ou capitalismo de plataforma?

As plataformas digitais são definidas por Srnicek (2016) como as intermediárias entre diferentes grupos e as infraestruturas que permitem a interação. A estratégia dessas empresas é se aproveitar dos “efeitos em rede”, que multiplica o número de usuários e a quantidade de dados gerados - elementos determinantes na relevância de cada plataforma. Por serem proprietárias das plataformas, podem controlar as “regras do jogo”, prevendo as demandas e assim modulando os valores na busca pelo maior rendimento. É identificada, então, uma tendência à monopolização onde poucas empresas dominam a grande parte do mercado.

Com um diagnóstico semelhante, Trebor Scholz identificou uma tendência geral à “uberização” do trabalho (2016). O termo, sendo um neologismo derivado da plataforma de transporte urbano Uber, refere-se à lógica de negócios representado pela empresa que tem se disseminado para a maioria dos mercados: relações flexíveis de trabalho, lucro com base na intermediação de produtos e serviços (e não mais na sua posse) e o uso de dispositivos móveis.

Ninguém teria acreditado, na primeira década do século XXI, que a bolha ideológica da “economia do compartilhamento” se esvaziaria tão rapidamente, ou que trabalhadores, defensores do trabalho, programadores e ativistas logo começariam a construir estruturas para propriedade democrática e governança na Internet.\* (SCHOLZ, 2016, p. 9, tradução nossa)

Tão logo começaram a surgir grandes corporações em torno de plataformas que intermediam a oferta de bens e serviços, Scholz começou a apontar alternativas para uma apropriação coletiva e democrática dessas infraestruturas digitais. O autor busca reinventar o

\*“Why not use the specific skills hackers have to create the means of organizing information, but use it to create quite other ways of organizing labor?” (WARK, 2016, p. 46)

\*“No one would have believed, in the first decade of the twenty-first century, that the ideological bubble of the “sharing economy” would deflate so quickly, or that workers, labor advocates, programmers, and activists would soon start to build structures for democratic ownership and governance on the Internet.” (SCHOLZ, 2016, p. 9)

tradicional modelo cooperativo de trabalho através de uma apropriação coletiva das plataformas digitais. Para tanto, propõe a criação de plataformas que sejam geridas pelos próprios trabalhadores, e não sejam intermediadas por grandes corporações. Dessa forma, eles podem ter controle sobre todo o processo de produção, baseando-se em decisões democráticas e realizando uma distribuição mais igualitária dos lucros. Assim, o Cooperativismo de Plataforma é apontado como uma das formas de unir os trabalhadores na criação de novas infraestruturas para a consolidação de relações de produção fundamentadas no comum (DARDOT; LAVAL, 2017).

Outra sugestão é construir plataformas de serviços e mercados online

democraticamente controlados, de propriedade e operados por aqueles que mais dependem deles. Uma rede organizada em torno do que chamei de ‘cooperativismo de plataforma’ poderia rivalizar com empresas como a Amazon ou a Uber. As cidades poderiam construir e operar suas próprias plataformas para aluguéis de curto prazo, e sindicatos criativos poderiam proteger os trabalhadores na economia de plataformas. Essas “cooperativas de plataformas” já existem hoje; eles demonstram que a sociedade pode desenvolver positivamente uma visão moral do trabalho digital que não tolera vigilância, extração sub-reptícia e exploração. (SCHOLZ, 2016, p. 9, tradução nossa)

9, tradução nossa)

Então, Scholz (2017) enumera dez princípios que seriam definidores das cooperativas de plataforma: 1) Propriedade coletiva 2) Pagamentos decentes e seguridade de renda 3) Transparência e portabilidade de dados 4) Apreciação e reconhecimento 5) Trabalho co-determinado 6) moldura jurídica protetora 7) Proteções trabalhistas portáteis e benefícios 8) Proteção contra comportamento arbitrário 9) Rejeição de vigilância do ambiente de trabalho 10) O direito de se desconectar. Tais princípios não pretendem definir uma essência imutável do que pode ser considerado cooperativo, mas servem como parâmetros para a análise de experiências concretas que se designem dessa maneira.

O Cooperativismo de Plataforma, por ser recente e ter seu debate concentrado em determinadas regiões do mundo, ainda carece de análises empíricas que observem suas dinâmicas em mercados específicos. Especificamente no mercado da cultura, um trabalho de relevância é o artigo “Enfrentando a Precariedade com Cooperação: cooperativas de

<sup>10</sup> “Another suggestion is to build democratically governed service platforms and online marketplaces owned and operated by those who most rely on them. A network organized around what I have called “platform cooperativism” could rival firms like Amazon or Uber. Cities could build and operate their own platforms for short-term rentals, and inventive unions could protect workers in the platform economy. These “platform co-ops” already exist today; they demonstrate that society can positively develop a moral vision of digital work that does not tolerate surveillance, surreptitious extraction, and exploitation.” (SCHOLZ, 2016, p. 9)

trabalhadores no setor cultural” (SANDOVAL, 2017), apesar de tratar das cooperativas em geral, e não aquelas organizadas em torno de tecnologias digitais.

Ao contribuir para a construção de estruturas econômicas alternativas baseadas em solidariedade, cooperação e propriedade coletiva, as cooperativas e trabalhadores podem também desempenhar um papel de transformar as condições de trabalho no setor cultural. Contudo, como todo projeto prefigurativo, as cooperativas de trabalhadores não podem escapar totalmente das pressões do sistema existente. Os projetos alternativos no setor cultural necessitam navegar por tensões complexas e potenciais conflitos entre processos criativos, necessidade econômica e aspirações políticas. (SANDOVAL, 2017, p. 120)

A autora apresenta a contradição presente no trabalho da área de cultura, que apesar de ter sua atividade reconhecida socialmente como privilegiada, comumente apresenta condições de trabalho precarizadas e instáveis. Como solução, aponta para as

cooperativas como uma forma de oferecer melhores relações trabalhistas que devolvam aos trabalhadores da cultura o poder sobre suas atividades e os resultados delas. Apesar disso, ressalta que não é uma tarefa fácil, pois envolve lidar com os fatores complexos que caracterizam esse mercado.

## 6. O caso Resonate

Retomando o caso do mercado digital de música, um exemplo de plataforma que se apresenta como uma cooperativa é o *Resonate*. Criado em 2015 por Peter Harris, o serviço de *streaming* propõe como seu objetivo devolver o poder aos artistas. Seus diferenciais estão principalmente na gestão democrática, onde os músicos participam das decisões da cooperativa; o uso de blockchain que garante maior transparência sobre os pagamentos e uma transferência de receita aos artistas proporcionalmente maior que a dos outros serviços. Por conseguinte, o modelo afirma conceder maior domínio aos trabalhadores da cultura sobre suas obras e os rendimentos provenientes delas.

Em seu website, são apresentados seus três principais princípios: 1) Apoie os artistas "que você ama" 2) Co-possua sua plataforma 3) Defina os termos de compartilhamento. O primeiro princípio diz respeito ao seu modelo de cobrança: ao invés de uma assinatura mensal, é cobrado um valor gradualmente maior a cada play até a nona vez, depois disso a escuta é gratuita. A justificativa é a de que com apenas nove plays o artista recebe o mesmo

"Disponível em: <<https://resonate.is/>>. Acesso em: 02/12/2020.

valor que receberia com a venda do download da música, o que leva em média entre cento e cinquenta e duzentos plays em outras plataformas como o *Spotify* e o *Apple Play*. O segundo princípio versa sobre a possibilidade de todos os envolvidos participarem das suas decisões e compartilharem os lucros. Com isso, busca democratizar a posse da plataforma, sob o lema "um membro, um compartilhamento, um voto". Por fim, o terceiro princípio trata do poder do artista em definir como suas informações são usadas e como suas músicas serão distribuídas. Um meio prático de como isso foi feito é através de um documento colaborativo de termos e condições, onde todos os membros da comunidade podem contribuir.

A distribuição dos lucros da plataforma é feita da seguinte maneira: os artistas/gravadoras recebem setenta por cento do faturamento anual, enquanto trinta por cento fica com a cooperativa para arcar com os custos de recursos humanos e materiais. É feita ainda a promessa de reduzir gradualmente a porcentagem retida pela cooperativa na medida do possível para mantê-la em funcionamento. Utiliza-se da tecnologia blockchain para o registro transparente e o rastreamento de todas as transações financeiras entre a cooperativa e os artistas.

Assim, com esse modelo que une os princípios do cooperativismo com adoção de tecnologias digitais na organização do trabalho, o *Resonate* se apresenta como uma alternativa às empresas do capitalismo de plataforma no setor musical. Por sua dinâmica horizontal e seus princípios mais igualitários, consegue valorizar os trabalhadores da música, oferecendo a eles rendimentos mais justos e permitindo que tenham maior poder sobre suas obras.

## 7. Considerações finais

Em suma, o processo de incorporação das tecnologias digitais da comunicação e da informação no regime de produção entrou em um novo estágio nos últimos anos, passando a adotar as plataformas digitais de intermediação da oferta de bens e serviços como principal modelo de negócios. Como alternativa a esse cenário, alguns autores têm proposto uma apropriação coletiva dessas tecnologias, de maneira a construir uma nova economia e relações de trabalho que almejam o comum.

Por conta desse processo de commodificação da informação, esse elemento que por muito tempo foi tratado como um bem comum se viu enclausurado pela lógica proprietária. E

isso justamente num momento em que a infraestrutura de sua produção permitiu que ela se tornasse potencialmente inesgotável. Então, vimos como autores como Antonio Negri e Michael Hardt, Pierre Dardot e Christian Laval apontam para um resgate do comum, em especial os chamados comuns do conhecimento. Para que isso ocorra, os trabalhadores responsáveis pela sua produção, chamados por Wark de classe hacker, precisam tomar consciência da captura de sua potência criativa e reclamar sua dimensão comum, fundamental para a invenção de novos mundos.

O mercado da cultura, também afetado por essa tendência, é um dos segmentos onde o cooperativismo pode constituir uma oportunidade de oferecer melhores condições aos trabalhadores da cultura. Para isso, é preciso destacar os desafios e complexidades a serem consideradas para que esses projetos se efetivem.

De forma a observar empiricamente uma cooperativa digital, analisamos o *Resonate*, cooperativa de streaming de música. Com o objetivo de devolver o poder aos artistas, a cooperativa distribui uma parcela maior do lucro para os músicos, permite que eles participem de suas decisões e decidam o modo como suas obras serão compartilhadas. A partir da análise, é possível afirmar que a cooperativa constitui uma alternativa possível às empresas do Capitalismo de Plataforma no setor cultural.

## REFERÊNCIAS

- BOLLIER, D. From open access to digital commons. In: SCHOLZ, T.; SCHNEIDER, N. **Ours to hack and to own**. New York and London: OR Books, 2016.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum. Ensaio sobre a Revolução no século XXI**. 2017.
- \_\_\_\_\_. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo social (USP)**, v. 27, n. 1, p. 261-276, 2015.
- GALLOWAY, Alexander; THACKER, Eugene. **The Exploit: A theory of networks**. Minneapolis: University of Minnesota press, 2007.
- LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Civilização Brasileira/Record. Rio de Janeiro, 2006;
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Commonwealth**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2009.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016. WARK, M. **A hacker manifesto**. Cambridge: Harvard University Press, 2004. WARK, M. The vectorialist class. **SUPERCOMMUNITY**, v. 65, 2015. WARK, M. The vectorialist class II. **SUPERCOMMUNITY**, v. 65, 2015. WARK, M. Nouvelles stratégies de la classe vectorialiste. **Multitudes**, n. 54, 2013.